

## Michels revisitado: a propósito de dois livros recentes

Robert Michels, *Para Uma Sociologia dos Partidos Políticos na Democracia Moderna. Investigação sobre as Tendências Oligárquicas na Vida dos Agrupamentos Políticos*, trad. José M. Justo, Lisboa, Edições Antígona, 2001, 552 páginas.

Maria da Conceição Pequito Teixeira, *Robert Michels. A Teoria e a Política da Democracia*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2000, 289 páginas.

1. A recente edição da obra *Para Uma Sociologia dos Partidos Políticos na Democracia Moderna* e a publicação de um livro de uma autora portuguesa sobre a teoria política de Robert Michels são acontecimentos que não devem ser deixados passar em claro. Considerado um dos «pais fundadores» do elitismo italiano juntamente com Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, Michels é uma figura essencial da teoria política do século xx, cujo ideário bem justifica o interesse que agora parece ser manifestado entre nós através da publicação da sua obra mais conhecida. A publicação de uma importante tese de mestrado sobre a sua obra — *Robert Michels. A Teoria e a Política da Democracia*, de Maria da Conceição Pequito Teixeira — constitui um motivo adicional para que, em breves linhas, se procure apresentar sumariamente o pensamento de Michels. Não se irá, naturalmente, proceder a uma revisão crítica destas duas obras agora vindas a lume, mas tão-só tomá-las como pretexto para uma digressão pela teoria política de Michels e, em particular, pela sua «lei de ferro das oligarquias».

2. Apesar de conhecido quase exclusivamente pelo livro agora dado à estampa entre nós, Robert Michels (1876-1936) foi um autor bastante profícuo<sup>1</sup>.

---

\* Tribunal Constitucional; Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

<sup>1</sup> Para uma aproximação bibliográfica à obra de Robert Michels, cf. Viviana Ravasi, «Bibliografia degli scritti di Roberto Michels nel periodo 1900-1910», e Ettore A. Albertoni, «Bibliografia scelta su Roberto Michels», in Robert Michels, *Potere ed oligarchie. Antologia 1900-1910*, introd. e org. Ettore A. Albertoni, Milão, 1989, pp. 73-108 e 109-122, respec-

Ao longo de trinta livros e mais de setecentos ensaios e artigos, debateu-se em numerosas ocasiões com o problema das elites, mas, ao contrário dos seus predecessores, Mosca e Pareto, nunca se envolveu em querelas sobre a paternidade da tese elitista. O maior contributo de Michels para o elitismo foi, sem dúvida, a célebre «lei de ferro das oligarquias», que expôs no livro *Para Uma Sociologia dos Partidos Políticos na Democracia Moderna. Investigação sobre as Tendências Oligárquicas da Vida dos Agrupamentos Políticos* (1911)<sup>2</sup>. Robert [ou Roberto<sup>3</sup>] Michels adoptou uma perspectiva bastante mais localizada do que a de Gaetano Mosca ou Vilfredo Pareto, lidando primordialmente com o fenómeno dos partidos políticos. Talvez por isso, as suas ideias são menos polémicas — e porventura mais perenes — do que a doutrina da classe política de Mosca ou a teoria das elites de Pareto.

O tema não era novo. Bryce e Ostrogorski já o tinham explorado ao analisarem as máquinas partidárias da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. Michels afirma que a sua perspectiva não se confunde com a destes autores e só os cita por três vezes ao longo de todo o seu livro, mas é indubitável que sofreu a sua influência. O mesmo se diga de Max Weber, um seu «mentor crítico», nas palavras de Mommsen, que sempre estimulou o trabalho de Michels e apoiou a sua carreira académica e a quem este dedicou a 1.<sup>a</sup> edição de *Zur Sociologie des Parteiwesens*<sup>4</sup>. Não se esqueça, por último, que a «lei férrea das oligarquias» tem a marca profunda de Gaetano Mosca

---

tivamente, e Maria da Conceição Pequito Teixeira, *Robert Michels. A Teoria e a Política da Democracia*, Lisboa, 2000, pp. 217 e segs.

<sup>2</sup> O título original é *Zur Sociologie des Parteiwesens in der modernen Demokratie. Untersuchungen über die oligarchischen Tendenzen des Gruppenlebens*, Dr. Werner Klinkhardt, Philosophische-soziologische Bücherei, Band XXI, Lipsia, 1911.

<sup>3</sup> Michels mudou o seu primeiro nome para Roberto em 1913, quando renunciou à cidadania alemã e requereu a nacionalidade italiana (que só viria a obter em 1921).

<sup>4</sup> Segundo Jacob P. Mayer, Michels interessou-se primeiro do que Weber pelo fenómeno partidário e a *Sociologia dos Partidos Políticos*, publicada em 1911, influenciou decisivamente *O Político como Vocaçào*, de 1919, e *Economia e Sociedade*, de 1922 (cf. Jacob P. Mayer, *Max Weber and German Politics*, 2.<sup>a</sup> ed., Londres, s. d., pp. 81-83). No entanto, a correspondência entre ambos demonstra claramente a primazia de Weber e a profunda influência que este exerceu sobre o trabalho de Michels [cf. Wolfgang J. Mommsen, *Max Weber and the German Politics, 1890-1920*, Chicago, 1984, em especial pp. 107 e segs. Mommsen fala mesmo numa «associação assimétrica» (*asymmetrical partnership*), com predomínio de Weber (assim, Wolfgang J. Mommsen, «Max Weber and Roberto Michels. An asymmetrical partnership», in *Archives européennes de sociologie*, t. xxii, 1981, n.º 1, pp. 100-116, «Roberto Michels and Max Weber: moral conviction versus the politics of responsibility», in *The Political and Social Theory of Max Weber. Collected Essays*, Cambridge, 1992, pp. 87-105, em especial pp. 100 e segs., e «Joining the underdogs? Weber's critique of the social democrats in wilhelmine Germany», in *The Political...*, cit., pp. 74-86, em especial pp. 80 e segs.; cf. ainda Lawrence Scaff, «Max Weber and Robert Michels», in *American Journal of Sociology*, vol. 86, n.º 6, 1981, pp. 1269-1286, Eugenio Ripepe, *Gli elitisti italiani. Mosca-Pareto-Michels*, vol. 1, Pisa, 1974, p. 467, e Maria da Conceição Pequito Teixeira, *Robert Michels...*, cit., p. 52, n. 86].

e de Georges Sorel, dois autores com quem Robert Michels manteve relações pessoais relativamente estreitas.

Neste sentido, pode dizer-se, com David Beetham, que a importância de Michels não reside tanto na originalidade do seu pensamento, mas na síntese que procurou realizar dos contributos de vários autores e correntes<sup>5</sup>. Na verdade, Robert Michels soube combinar elementos de Mosca e Pareto, de esquerda e de direita, da biologia e da psicologia sociais e da teoria das organizações. A Gaetano Mosca foi buscar o conceito de classe política e a ideia de inevitabilidade das oligarquias; de Pareto retirou a teoria da circulação das elites. Conciliou elementos de esquerda e de direita: criticou o despotismo das organizações socialistas com argumentos similares aos da esquerda radical e do anarquismo, mas hostilizou o socialismo e desprezou as massas na linha da tradição política mais conservadora e reaccionária. Finalmente, justificou a proeminência das elites com argumentos da biologia social, da psicologia social e da teoria das organizações. Sem defender propriamente o darwinismo social de Spencer, afirmou que as qualidades de liderança se adquirem pelo treino e pelo exercício, ou seja, que a falta da prática de comando enfraquece os homens, condenando-os à submissão. Ao mesmo tempo, utilizou uma ideia da psicologia social cara a Sorel: as massas não actuam de modo racional e, nessa medida, são particularmente vulneráveis à manipulação demagógica dos líderes carismáticos e das elites. Por fim, recolheu diversos aspectos da teoria das organizações e da burocracia: a importância da coordenação e continuidade de tarefas, da especialização funcional, da prática do segredo e do centralismo.

3. É justamente por aqui que começa o seu livro sobre os partidos. A tese central dessa obra sintetiza-se em poucas palavras: a democracia é um ideal irrealizável, pois todo o poder exige organização e toda a organização significa oligarquia. Segundo Michels, *todos* os partidos acabam por atrair os ideais democráticos, transformando-se em organizações oligárquicas con-

---

Aliás, como nota Juan Linz, Max Weber já traçara as linhas fundamentais de uma investigação sobre os partidos em 1905, numa nota breve que publicou no *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* (Max Weber, «Bemerkungen im Anschluss an den vorstehenden Aufsatz», *post scriptum* a R. Blank, «Die Soziale Zusammensetzung der sozialdemokratischen Wählerschaft Deutschlands», in *Archiv für Sozialwissenschaft...*, cit., vol. xx, 1905, pp. 550-553, cit. por Juan J. Linz, «Michels e il suo contributo alla sociologia politica», pref. a Robert Michels, *Sociologia del partito politico nella democrazia moderna*, Bolonha, 1966, p. XLII).

<sup>5</sup> Assim, David Beetham, «Michels and his critics», in *Archives européennes de sociologie*, t. xxii, 1981, n.º 1, pp. 82 e segs., Wolfgang J. Mommsen, «Roberto Michels and Max Weber...», cit., p. 87, e Maria da Conceição Pequeto Teixeira, *Robert Michels...*, cit., p. 112. No mesmo sentido, certos autores afirmam que o pensamento de Michels é o menos original de todo o «elitismo clássico» (assim, W. G. Runciman, *Social Science and Political Theory*, 2.ª ed., Cambridge, 1969, p. 71).

troladas por um pequeno número de indivíduos. Tomando um exemplo que conhecia de perto, o Partido Social-Democrata alemão (SPD), Michels procura demonstrar aquela tese através do seguinte percurso: primeiro, justifica a necessidade de organização — «a democracia não é pensável sem organização» (p. 53); depois, analisa a estrutura interna e o funcionamento da organização, mostrando que, no seu seio, a tendência oligárquica é inevitável — «quem diz organização, diz *tendência para a oligarquia*» (p. 54); finalmente, conclui que a democracia pode ser o regime ideal, mas não é concretizável.

A necessidade de organização parece-lhe de tal forma evidente que não perde muito tempo a demonstrá-la. Segundo Michels, ela é o único meio capaz de criar uma vontade colectiva: sejam de natureza económica ou política, os interesses e as reivindicações dos indivíduos só podem afirmar-se através de uma estrutura que os enquadre e tutele. E esta necessidade é tanto maior quanto mais fracos forem os interesses a defender. Por isso, concorda com os socialistas e considera que os proletários devem unir esforços e coordenar actividades para mais rapidamente alcançarem os seus objectivos. No entanto, se o princípio organizativo é absolutamente necessário para evitar a dispersão e o isolamento dos trabalhadores, tal princípio comporta outros perigos não menos graves, pois dele brotam correntes conservadoras e tendências oligárquicas que acabam por sufocar a própria democracia.

Essas tendências oligárquicas decorrem essencialmente de: (a) causas de natureza técnico-administrativa; (b) causas de natureza psicológica; (c) factores intelectuais. Michels aceita a ideia de que o autogoverno das massas é a forma mais perfeita de democracia, mas entende que a sua concretização está cada vez mais distante. Por um lado, porque as massas têm uma tendência irresistível para se deixarem suggestionar por oradores eloquentes ou líderes carismáticos; por outro, porque existe uma «impossibilidade mecânica e técnica» de realização do *self-government*. Como é impensável reunir numa mesma assembleia os milhões de habitantes de um Estado e como a complexidade dos problemas e das decisões é cada vez maior, as massas têm de encontrar delegados que as representem. A partir desse momento introduz-se um elemento de desigualdade no sistema político. Essa desigualdade, por seu turno, é agravada pelo crescimento das organizações e pelo aumento da complexidade, que obrigam a uma divisão do trabalho cada vez mais intensa. Com efeito, o poder é tanto mais inacessível quanto mais se concebe a política como um trabalho especializado, como uma actividade técnica a ser desenvolvida exclusivamente por profissionais. Segundo Michels, o aparecimento de inúmeras «escolas para políticos» é um dos sinais mais claros da distância que separa a massa dos representados da elite dos representantes. Daí a sua descrença, que partilha com Gaetano Mosca, em relação ao princípio representativo: «[...] é absurdo pretender 'representar' uma massa he-

terogénea nos inúmeros problemas surgidos da diferenciação crescente da nossa vida política e económica»; «[...] uma representação permanente equívale sempre a uma hegemonia dos representantes sobre os representados». No contexto das «causas técnicas» da oligarquia, Michels refere-se ainda à disciplina e militância partidárias. Na linha de Ostrogorski, considera que as máquinas partidárias foram obrigadas a moldar-se ao combate democrático, adoptando estruturas e modos de funcionamento de tipo militar. Hierarquia, centralismo e obediência são princípios indispensáveis à sobrevivência dos «partidos democráticos de combate» (para usarmos a terminologia de Michels). A estratégia marcial dos partidos contribui, pois, para a tendência oligárquica: a um nível mais imediato, porque reforça o poder dos líderes e exalta o valor da disciplina; depois, porque despreza a democracia. Nesse sentido, escreve Robert Michels: «Num partido político que se encontra em situação de combate, a democracia não pode fazer parte dos ‘usos domésticos’. Em tais circunstâncias, o partido precisa de ‘um armamento ligeiro que lhe não tolha os movimentos’. A democracia não é de todo compatível com a prontidão para o combate. Daí resulta [...] a oposição dos partidos ao referendo interno e a todas as restantes medidas preventivas de carácter democrático, bem como a necessidade de estatutos, se não propriamente de tipo cesarista, pelo menos fortemente centralistas e oligárquicos» (p. 71).

No âmbito das causas de natureza psicológica — ou, se quisermos, da «psicologia da oligarquia» —, Robert Michels refere-se simultaneamente ao perfil psicológico das massas e dos líderes. Michels, que escreve muito antes das grandes encenações colectivas do século xx, apercebe-se claramente das características das massas: desinteresse pela actividade político-partidária — e, em consequência, necessidade de liderança —, predisposição para a obediência, sentimento de disciplina, gratidão para com os líderes e culto do chefe, ausência de espírito crítico<sup>6</sup>. Os líderes, por seu turno, não são indiferentes à veneração das massas. Nas palavras de Michels, «a adoração suscita facilmente naquele que é objecto desse gesto a mania das grandezas. Aquela autoconvicção desmedida, por vezes mal disfarçando uma vertente cómica, que tantas vezes se encontra nos modernos dirigentes dos movimentos de massas, tem a sua origem não apenas na característica de *self made man* de muitos deles, mas também na aceitação entusiástica que encontram por parte das massas» (p. 99). Para além dessa «autoconvicção desmedida», os líderes alimentam um sentimento de posse pelos lugares que ocupam, aquilo a que Michels chamou o «direito moral à delegação» (p. 75). Habi-

---

<sup>6</sup> Segundo Luciano Cavalli, Michels foi o primeiro a aperceber-se de que o culto da personalidade não é um atributo exclusivo dos regimes ditatoriais e, pelo contrário, corresponde a um requisito indispensável da liderança democrática (Luciano Cavalli, «Potere oligarchico e potere personale nella democrazia moderna», in AA.VV, *Leadership e democrazia*, Pádua, 1987, p. 15).

tuados a representarem o povo, julgam que os cargos que ocupam lhes pertencem para toda a vida, arrogando-se mesmo um «direito à representação»; e, quando alguém questiona essa «propriedade», logo respondem com ameaças de denúncias e represálias. Os líderes distinguem-se ainda pelo dom da palavra e pelos dotes de oratória, pela «magia do verbo» com que encantam as massas. As suas características psicológicas adensam a tendência oligárquica das organizações: a «autoconvicção desmedida» dos chefes impressiona as massas, provoca a sua admiração e, como tal, actua como um factor de estabilidade; o «direito moral à delegação», por seu turno, absorve as tensões internas da organização, reforçando a sua clausura e o seu perfil hierárquico; por fim, a «magia do verbo» é uma forma poderosa de galvanização das massas, que os políticos manipulam em favor da sua liderança.

A superioridade intelectual dos líderes é a terceira e última causa de oligarquia. Contrastando com a apatia e a imaturidade das massas, os novos políticos distinguem-se pelo seu elevado grau de preparação. Nos tempos modernos não há lugar para o diletantismo. A política é uma actividade técnica que só pode ser desenvolvida por profissionais especializados. Como observa Michels, «na medida em que disponha de uma estrutura com alguma solidez, uma *organização* [...] é sempre um terreno fértil para o surgimento de diferenciações» (p. 111). Ora, entre os diversos factores que ditam a proeminência das elites (tradição, poder económico, etc.), a educação formal é um dos mais importantes — para Michels é mesmo o mais importante. Logo, se as diferenças de instrução se acentuaram, o distanciamento oligárquico entre a massa e os chefes aprofundou-se. Para mais, a competência técnica e a experiência política dos líderes conferem-lhes um estatuto praticamente inatingível. As massas raramente pensam em destituir os chefes, pois isso equivaleria a desperdiçar anos de trabalho político acumulado. «Que partido pode dispor de um dia para outro de forças novas em número e qualidade suficientes para realizar uma substituição desse género?», pergunta Robert Michels. No limite, a indispensabilidade dos líderes põe em crise a própria democracia, ou, como diz Michels, «[...] a democracia passaria a ser uma forma de poder dos melhores, ou seja, uma aristocracia. Os dirigentes são os melhores, os de maior maturidade moral e profissional, *ergo* têm não apenas o direito, mas também a obrigação de se imporem, quer como expoentes do seu partido, quer como indivíduos que sabem todo o valor que possuem» (pp. 123-124).

4. Depois de considerar as três causas da oligarquia (técnicas, psicológicas e intelectuais), Robert Michels examina a organização e os seus chefes, debruçando-se em especial sobre o Partido Social-Democrata alemão. Michels, que na juventude fora um empenhado militante socialista, não escolheu aquele exemplo apenas por razões pessoais: através dele, pretendia mostrar que mesmo as organizações políticas mais «democráticas» ou «revolucionárias» acabam por ceder à tentação irresistível da oligarquia.

Nesse sentido, analisa as diversas características oligárquicas do partido:

- a) Estabilidade do pessoal dirigente — o peso da tradição e a inamovibilidade dos chefes são duas das principais características do partido; as decisões mais importantes (por exemplo, escolha de candidatos) são tomadas por um «cartel» de dirigentes e os restantes membros do partido (por exemplo, delegados locais aos congressos) não passam de «manequins» completamente passivos (as expressões entre aspas são de Michels);
- b) Finanças partidárias — a solidez financeira do partido permite remunerar o trabalho partidário, o que garante a existência de chefias altamente fiéis à organização e praticamente incorruptíveis; ao mesmo tempo, possibilita a formação de um aparelho burocrático estável e coeso. Contudo, existem alguns efeitos perversos: em primeiro lugar, os políticos tornam-se economicamente dependentes do partido; depois, favorecem-se os «apetites ditatoriais daqueles que [...] estão encarregados de administrar o património colectivo e de distribuir os empregos»;
- c) Relações com a imprensa — em certos países (Itália, França, Reino Unido), as relações entre os líderes e a imprensa são directas e pessoais (por exemplo, o líder assina uma crónica ou um artigo de fundo no jornal do partido). Na Alemanha, pelo contrário, prefere-se o anonimato: a informação é veiculada através de «gabinetes de imprensa», que actuam como intermediários privilegiados entre a direcção do partido e os meios de comunicação. A partir daí forma-se uma classe fechada de «jornalistas oficiais» (ou oficiosos), que monopoliza o acesso às fontes de informação e dificulta o trabalho da imprensa livre e independente; mas, como a informação está na posse das chefias partidárias, a «oligarquia dos jornalistas» é dominada pela «oligarquia dos políticos», só transmitindo notícias que interessam à direcção do partido;
- d) O combate dos chefes — à primeira vista, a tendência oligárquica é limitada pelas lutas intestinas entre os líderes partidários. E, como a democracia favorece esses conflitos fratricidas (ao permitir a rápida ascensão de novos dirigentes), tudo levaria a crer que a tendência oligárquica estaria definitivamente erradicada. No entanto, essa conclusão não é válida por três ordens de razões. Em primeiro lugar, porque a renovação das elites que se obtém através das lutas entre os chefes é uma renovação *interna*, que não conta praticamente com a intervenção das massas. Mesmo nas grandes revoluções da história «não são as massas que devoram os seus dirigentes, mas sim os dirigentes que se devoram uns aos outros» (p. 224). Em segundo lugar, porque, na generalidade dos casos, a velha elite consegue reagir à ameaça da juventude, pois conta com o apoio das massas, que instin-

tivamente renegam tudo quanto é novo e estranho. Finalmente, porque não se assiste a uma vitória completa ou a uma *substituição* integral de uma elite pela outra, mas a uma  *fusão*  entre a velha e a nova ordem (daí as reservas de Michels em relação à tese da circulação das elites de Vilfredo Pareto). Apesar de todas as perturbações, a tendência oligárquica não é verdadeiramente ameaçada. Para mais, as novas elites que ascendem aos lugares cimeiros da organização logo se desembaraçam de anteriores promessas de mudança, ou, como escreveu Michels, «os revolucionários de hoje são os reaccionários de amanhã» (p. 240);

- e) Tendências descentralizadoras — a par das lutas entre os chefes, certas tendências descentralizadoras parecem debilitar a natureza oligárquica das organizações. A formação de socialismos «locais» ou «regionais» põe em causa a ditadura ilimitada dos chefes do partido, já de si ameaçada pela existência de um socialismo internacional ou, melhor, de uma internacional socialista. Michels considera, no entanto, que esses movimentos podem atenuar, mas não destruir, a tendência oligárquica das organizações. Aliás, o efeito mais imediato da descentralização é o nascimento de uma miríade de oligarquias, mais ou menos independentes e poderosas. Neste sentido, Robert Michels conclui que as diversas tendências descentralizadoras podem impedir a formação de uma oligarquia gigantesca, mas não afectam o princípio oligárquico *qua tale* e só têm por efeito a criação de uma infinidade de pequenas oligarquias, que mantêm todo o seu poder num âmbito limitado de acção;
- f) Metamorfose psicológica dos chefes — à apatia das multidões Robert Michels contrapõe a sede de poder dos chefes, a sua megalomania e ambição desmedidas. Todos os homens que *vivem da política* sofrem uma estranha transformação à medida que progridem nas suas carreiras: apropriam-se dos lugares que ocupam, pois sabem que aí reside a sua única fonte de sustento. «Os chefes que não possuem fortuna pessoal ou outra fonte de rendimentos aferram-se com tenacidade aos seus empregos e acabam por considerá-los como sua propriedade, os seus bens inalienáveis.» É este o reverso da política profissional: ao fim de alguns anos de actividade político-partidária, os políticos deixam de saber desempenhar outras funções e tornam-se economicamente dependentes do partido, pois é o partido que lhes garante o emprego (na maioria dos casos, um emprego bem remunerado). Por isso, não estão dispostos a aceitar de bom grado a contínua rotação que, pelo menos teoricamente, o jogo democrático promove. Na melhor das hipóteses, só aceitam abandonar os seus cargos se tiverem a garantia de uma reforma dourada ou se encontrarem outros círculos onde possam continuar desenvolver a sua actividade (por exemplo, *lobbies*, empresas, etc.). Noutras situações, as coisas passam-se ao contrário: a política

- não é uma fonte de rendimento ou um emprego, mas um lugar de desencanto e frustração. Infelizmente, é o que sucede aos membros mais talentosos — e tecnicamente melhor preparados — dos diversos partidos. «Os grandes eruditos que se embrenham no trabalho partidário, seja nos periódicos da organização, nas actividades de agitação ou como deputados, vêem as suas capacidades científicas definirem lentamente. Para a sua disciplina, é como se tivessem morrido, uma vez que são absorvidos pelo trabalho político diário e não dispõem de vagar para as tarefas de investigação e actualização. Para eles deixa de haver a possibilidade de voltar atrás» (pp. 245-246). No caso dos líderes socialistas, verifica-se outro fenómeno: com o passar dos anos, abandonam os ideais generosos da juventude e, desencantados, permanecem na política pela simples razão de que já não sabem fazer outra coisa. Como refere Michels, «[...] com a idade, numerosos chefes socialistas tornam-se insensíveis àquilo que o socialismo contém de mais essencial: uns debatem-se arduamente com o cepticismo, outros retornam, conscientemente ou não, aos ideais dos seus tempos pré-socialistas. Para estes desencantados é impossível voltar atrás. O passado aprisiona-os. Têm uma família para sustentar. Além disso, o seu nome político exige-lhes que prossigam na mesma senda. Por isso, permanecem exteriormente fiéis à causa a que sacrificaram os melhores anos das suas vidas. Mas renunciam ao idealismo e tornam-se oportunistas; estes antigos crentes, os altruístas de outrora [...] transformam-se em cépticos e em egoístas cujas acções se guiam pelo cálculo frio»;
- g) *Metamorfose social dos chefes* — segundo Michels, a origem social dos chefes marca decisivamente o seu estilo de liderança. Por isso, estuda separadamente os líderes de origem burguesa e de origem proletária, debruçando-se em seguida sobre o caso singular dos intelectuais. Começa por notar que a consciência do proletariado se deve, em grande parte, à acção da burguesia ou, melhor, de *certos membros* da burguesia. À primeira vista, trata-se de um paradoxo de enormes proporções ou, no mínimo, de uma atitude suicida da classe burguesa, que, ao educar o proletariado, cria as condições para a sua própria destruição. Diz Michels: «[...] a própria burguesia, ou seja, a classe contra a qual necessariamente se vira a consciência proletária, trata de fazer com que o proletariado aprenda a sentir e a compreender a vitalidade da sua consciência de classe. A história do desenvolvimento da humanidade é rica em ironias. À burguesia cabe o papel trágico de ser a mestra do seu inimigo mortal no plano económico e no plano social [...]» (pp. 268-269). Uma observação mais atenta revela, porém, que tudo não passa de uma acção isolada de alguns membros da burguesia, insusceptível de ameaçar a classe burguesa no seu todo.

Compreende-se, no entanto, que a burguesia hostilize todos aqueles que, por inclinação científica, sentimentalismo ou excentricidade, renegam as suas origens para abraçarem a causa do socialismo. Encarado como louco ou traidor, o socialista de origem burguesa torna-se um *déclassé*: «A consideração social que recebe desce abaixo de zero e, dentro da sua classe, ver-se-á privado até das relações familiares. Os próprios laços de sangue serão abruptamente cortados. Os pais e os restantes parentes afastar-se-ão dele para sempre na maior parte dos casos. Cortou, pois, com todo o seu passado» (p. 284). Mas, se alguns burgueses se tornam socialistas, a inversa também é verdadeira. Nestes termos, Michels analisa um fenómeno curioso, que apelida de «emburguesamento dos partidos operários» e cujas causas são essencialmente as seguintes: (a) adesão de pequenos burgueses aos partidos proletários; (b) criação de uma pequena burguesia pelos partidos proletários (v. g., funcionários menores ou empregados do partido); (c) criação de uma pequena burguesia de ex-proletários, despedidos dos seus empregos em virtude das actividades subversivas que desenvolviam<sup>7</sup>. Finalmente, Michels avalia a necessidade de diferenciação — e de ascensão — da classe operária e, em particular, a transformação social dos *self-made leaders*. A necessidade de diferenciação manifesta-se nitidamente no movimento sindical. Com efeito, existe uma tentação irresistível para formar uma «aristocracia operária» e «[...] os sindicatos, uma vez atingido um elevado nível de crescimento, deixam de fazer acções de propaganda, deixam de lançar apelos a novas adesões e, pelo contrário, colocam à sua volta o arame farpado de uma distanciação enorme» (p. 326). Esta clausura dos sindicatos, aliada a uma tendência para a segmentação corporativa do movimento, acaba por contrariar os interesses do proletariado, contribuindo para um reforço da natureza oligárquica das organizações. À semelhança do líder de origem burguesa, também o líder de origem proletária sofre uma metamorfose social. Afastado do seu meio de origem, não consegue penetrar completamente nos círculos burgueses em que se movimenta. Torna-se, também ele, um *déclassé*. A massa prefere ser liderada por

---

<sup>7</sup> É aquilo a que Michels chama a «defesa patronal» e que corresponde, em traços gerais, ao despedimento dos operários mais subversivos com vista a assegurar a tranquilidade na empresa. Desse modo, o patronato contribui para o emburguesamento dos membros mais activos do proletariado, que, uma vez despedidos, são obrigados a mudar de profissão, tornando-se pequenos comerciantes, vendedores ambulantes, etc. No entanto, esta classe *sui generis* de pequenos burgueses constituiu um sério obstáculo à afirmação dos partidos operários. Com efeito, os ex-proletários mantêm uma grande influência sobre os antigos colegas numa altura em que os seus interesses já não se identificam com os interesses do proletariado. Na generalidade dos casos, a sua acção refreia os ânimos mais radicais ou revolucionários do movimento, acentuando a tendência oligárquica da organização.

chefes deste género, pois julga que, ao escolher um dos «seus», garante uma maior fidelidade aos anseios e interesses do povo. Esquece-se, todavia, de que esses líderes, uma vez escolhidos, logo se desembaraçam das suas origens, ou, como diz Michels, «deixam de ser operários, quer no sentido profissional, quer no sentido económico e psicológico». Para mais, os líderes de origem proletária possuem características peculiares que agravam a tendência oligárquica das organizações, contrariando os interesses e as aspirações dos trabalhadores: a ambição desmedida, a falta de escrúpulos, o despotismo de *parvenu* e, enfim, a vaidade sem limites;

- h) Papel dos intelectuais — Michels sublinha a importância da intelectualidade na construção do movimento operário e critica aqueles que pretendem responsabilizar os intelectuais pelos erros e vícios do partido. Segundo Michels, a intelectualidade encontra-se sob dois fogos: uns desconfiam das suas inclinações reformistas e procuram acantoná-la na ala direita do partido; outros temem o seu radicalismo e julgam que os intelectuais são perigosos revolucionários com tendências anarquistas. Michels reconhece que os «desertores burgueses», os trânsfugas das classes altas, são geralmente atraídos pelas tendências mais radicais. Basta pensar que Bakunine e Kropotkin, dois dos principais expoentes do anarquismo, possuíam raízes aristocráticas e que Engels era um burguês abastado. Aliás, o próprio Michels, que na juventude se envolvia com o socialismo revolucionário, autodefinia-se como um filho da «aristocracia burguesa» de Colónia. Contudo, muitos intelectuais com raízes burguesas preferem seguir a via reformista. Por conseguinte, pode dizer-se que a *intelligentsia* está dividida, em proporções relativamente iguais, entre a atracção pelo extremismo e o desejo de um compromisso com a burguesia. Daí a injustiça e o absurdo das críticas que são dirigidas à intelectualidade como um todo. Além disso, tais críticas não conseguem iludir uma verdade fundamental: os intelectuais desempenham um papel relevantíssimo — e insubstituível — no esclarecimento e condução das massas, pois, como refere Robert Michels, «o burguês vindo para o campo socialista [...] tem tudo aquilo que necessariamente falta ao proletário dos nossos dias: o tempo e os meios para adquirir formação política, liberdade de movimentos e independência material, indispensáveis para o exercício de uma actividade política em sentido amplo» (pp. 358-359). No entanto, os intelectuais devem concentrar-se no trabalho teórico ou especulativo, pois sempre que pretendem auxiliar o movimento em aspectos práticos e logísticos são relegados para um papel secundário. O desenvolvimento cultural do proletariado e, bem assim, a melhoria das suas condições de vida e trabalho permitem supor que a importância dos intelectuais venha a diminuir num futuro mais ou menos próximo. Mas, por ora, a sua acção

é absolutamente necessária, a ponto de se poder afirmar, com Robert Michels, que «um movimento operário politizado sem desertores do campo da burguesia é, historicamente, impossível, tão impossível como é esse mesmo movimento sem um proletariado dotado de «consciência de classe»» (pp. 359-360).

5. Em seguida, Michels detém-se sobre os vários instrumentos de limitação do poder dos chefes, a saber: (a) o referendo; (b) a exigência de abnegação dos líderes; (c) a acção preventiva do sindicalismo; (d) a acção preventiva do anarquismo. Na sua organização interna, os partidos rejeitam o referendo e os mecanismos de democracia semidirecta. O caso do SDP é exemplar: as decisões do congresso nunca são ratificadas pelos membros do partido e, na esmagadora maioria dos casos, as moções que estes apresentam a título individual são rejeitadas. Michels entende que o referendo é um instituto de difícil concretização e que os seus resultados nem sempre são os melhores. «A história do referendo na vida dos partidos da democracia pode resumir-se nas seguintes palavras: rara aplicação, resultados escassos» (p. 367). Para mais, é um instrumento perigoso, que pode ser manipulado por «aventureiros bonapartistas». Seguindo outra via, há quem defenda que o espírito de renúncia e sacrifício dos líderes é o melhor remédio contra a corrupção do poder. Era esse o modelo de liderança de Bakunine: um líder asceta, idealista e abnegado que se dedicasse por inteiro à protecção dos trabalhadores. Michels considera que este ideal, apesar de generoso, não resolve os problemas da organização; pelo contrário, só tem como efeito criar um «fanatismo partidário» e é incapaz de criar «uma verdadeira assimilação no universo das realidades e do pensamento das massas» (p. 376). O sindicalismo, por seu turno, apresenta-se como alternativa à hegemonia dos partidos e tem uma percepção clara dos efeitos oligárquicos dessa hegemonia; contudo, como também se apoia no princípio representativo, padece dos mesmos males das organizações partidárias e, nessa medida, é incapaz de vencer a tendência para a oligarquia. Os anarquistas foram os primeiros a alertar para os perigos da oligarquia e, por isso, rejeitaram firmemente todas as formas de organização. «O seu domínio», escreve Michels, «não se exerce sobre a organização, mas sobre as almas», e os meios que utilizam para divulgarem a sua mensagem «são os meios do apóstolo e do orador: o poder fulgurante do pensamento, a grandeza dos sacrifícios, a profundidade das convicções». Ora, esses meios encontram-se completamente ultrapassados e nos dias de hoje é impossível mobilizar as massas sem o apoio de uma estrutura organizada. Talvez por isso, os anarquistas aceitam um mínimo de disciplina e organização. Bakunine, por exemplo, concebia o regime anarquista como uma federação de barricadas permanentes e defendia a existência de um conselho revolucionário composto por dois representantes de cada barricada, de comités executivos es-

peciais, de estruturas locais, etc. Isto significa, pois, que o anarquismo, para agir politicamente, é obrigado a ceder à «lei férrea das oligarquias»; dessa forma, cai nos mesmos vícios que criticava nos partidos, deixando de constituir uma alternativa credível à tendência oligárquica da organização.

6. Na última parte do seu livro, Michels procura responder a duas questões essenciais: se todos os partidos são corrompidos pela tendência oligárquica, é possível a uma organização partidária prosseguir uma política autónoma e própria? Ou seja, em que medida um partido democrático e um partido revolucionário podem prosseguir, respectivamente, uma política democrática e uma política revolucionária? A segunda interrogação liga-se à anterior: até que ponto a oligarquia é uma tendência incorrigível?

Começando pela primeira questão, Michels parece inclinar-se para uma resposta negativa. O seu retrato sobre a política partidária — e, em especial, sobre a política dos partidos operários — é crítico e pessimista. Numa primeira abordagem, tudo levaria a crer que os partidos democráticos, ainda que dominados por uma oligarquia, conseguem prosseguir políticas democráticas. Existem, aliás, inúmeros sinais de democratização da vida política: o Estado passou a estar mais atento aos desígnios e à vontade das massas, os governantes habituaram-se a fazer cedências e a procurar consensos, aumentou o interesse dos cidadãos pela vida política. Porém, este estado de coisas terminará no momento em que as classes dirigentes conseguirem atrair para a sua órbita os membros subversivos da extrema-esquerda. Por outro lado, tudo leva a crer que a política exterior de um partido não pode afastar-se muito da sua política interna, ou seja, é muito difícil que uma organização dominada por uma tendência oligárquica possa prosseguir uma política genuinamente democrática ou revolucionária. Além disso, a democracia e o parlamentarismo levam os partidos a abdicarem da «política dos princípios» em favor de estratégias ou manobras eleitorais. Nesse domínio, os partidos socialistas são iguais aos outros: o seu objectivo é ganhar eleições e obter o maior número de lugares no parlamento. Nada mais. Por isso, trocam a luta ideológica por uma mensagem e um discurso mais moderados a fim de conquistarem os votos dessa entidade mítica que se chama *peuple du centre*. Finalmente, há que contar com a hipertrofia da organização. Segundo Michels, o partido socialista transformou-se num «Estado dentro do Estado», em que a organização deixou de ser um meio e se tornou um fim em si. Os aspectos logísticos e funcionais tornaram-se mais importantes do que os princípios e as ideias, a ideologia sucumbiu à máquina. Numa síntese lapidar, conclui Robert Michels:

A contradição com os partidos da classe dominante deixa de ser considerada fundamental para passar a ser vista em termos de concorrencialidade [...] O ódio do partido já não vai em primeira linha contra o inimigo que tem uma outra «visão do mundo», mas sim contra o temido concorrente que rivaliza pelo mesmo objectivo, a conquista do poder. E por esta via o partido não só perde a sua virgindade política [...] mas corre o risco de

perder a sua essência partidária [...] para passar a ser mera organização [p. 400].

Ao responder à segunda questão (até que ponto a oligarquia é uma tendência incorrigível?), Michels fala pela primeira vez da famosa «lei de ferro das oligarquias» (ou de bronze, em certas traduções), introduzindo o tema das elites. Depois de fazer alguns reparos à teoria da circulação das elites de Vilfredo Pareto<sup>8</sup>, Michels observa que o elitismo possui inúmeras afinidades com o socialismo. Desde logo, porque os precursores do elitismo, Saint-Simon e Fourier, foram também os precursores do socialismo moderno. E, depois, porque existe uma proximidade evidente entre a teoria marxista da dominação e os postulados do elitismo. Michels vai ao ponto de afirmar que «a única doutrina científica que veio criticar com seriedade todas as teorias, antigas ou modernas, que defendem a tese da necessidade imanente da existência continuada de uma classe ‘política’ foi o *marxismo*» (p. 409). Aliás, o socialismo mais revolucionário e radical nunca rejeitou aquela ideia de dominação; Bakunine, por exemplo, afirmava-a sem reservas: «Quem fala em poder fala em dominação, e toda a dominação pressupõe a existência de uma massa dominada.» Michels, à semelhança de Pareto, procede a uma reconstrução criteriosa do marxismo, aproveitando as ideias da luta de classes e da dominação, mas repudiando naturalmente a tese da sociedade sem classes. Mais precisamente, considera que a sociedade sem classes não poderá prescindir de representantes eleitos e, como tal, continuará sujeita à «doença oligárquica» que corrompe todos os regimes<sup>9</sup>. O seu juízo sobre o colectivismo não difere muito das previsões de Gaetano Mosca; para Michels, esse sistema, se acaso vier a ser instituído, limitar-se-á a «substituir a classe dominante, visível e tangível, que existe nos nossos dias e actua abertamente, por uma oligarquia demagógica e clandestina, que opera sob a máscara falsa da igualdade». A existência de uma classe dirigente surge, pois, como um resultado inevitável da necessidade técnica de organização e liderança.

7. A trajetória política e intelectual de Robert Michels, que se iniciara nos movimentos sindicais e passara por uma militância activa no SPD, encaminhava-se progressivamente num sentido conservador. No entanto — e como assinala David Beetham<sup>10</sup> —, há uma linha de continuidade neste percurso: desde

---

<sup>8</sup> Para Michels não se deve falar em *sucessão* (ou circulação) de elites, mas em *combinação* (ou mistura) entre as novas e as velhas elites (cf. p. 404).

<sup>9</sup> A expressão «doença oligárquica» é de Michels (p. 393).

<sup>10</sup> Cf. David Beetham, «From socialism to fascism: the relation between theory and practice in the work of Robert Michels», in *Political Studies. The Journal of the Political Studies Association of the United Kingdom*, vol. xxv, n.ºs 1 e 2, 1977, pp. 3-24 e 161-181; num sentido próximo, cf. Ettore A. Albertoni, «Introduzione», in Robert Michels, *Potere ed oligarchie...*, cit., em especial pp. 40 e segs.

logo, porque Michels sempre criticou a degeneração oligárquica do socialismo, mesmo quando militava no partido<sup>11</sup>; em segundo lugar, porque a sua teoria das elites desenvolve-se a partir de premissas marxistas<sup>12</sup>. Michels toma contacto com o elitismo em 1907, quando ocupa uma cátedra na Universidade de Turim, sob os auspícios de Max Weber<sup>13</sup>. O convívio com Gaetano Mosca (que também leccionava nessa universidade) orienta-o decisivamente para a doutrina da classe política. Em 1907-1908 publica dois escritos que recolhem o contributos de Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, por um lado, e da psicologia das massas de Le Bon, Tarde e Gumplowicz, por outro<sup>14</sup>. A originalidade de Michels consiste na aplicação desses contributos ao movimento socialista. Ao fazê-lo, esperava demonstrar que mesmo os ambientes mais adversos ao elitismo não conseguem livrar-se da «lei de ferro das oligarquias». Daí a sua descrença em relação ao socialismo ou, mais precisamente, em relação aos partidos socialistas. Ela marca o início do seu envolvimento com o fascismo.

Ao contrário do que sucede com outros intelectuais (Heidegger, Schmitt, Pareto), não existe propriamente um «caso Michels»: o seu compromisso com o fascismo é de tal forma profundo que ninguém se atreve a negar a sua existência. Robert Michels aderiu ao Partido Nacional Fascista em 1923 e, cinco anos mais tarde, aceitou o cargo de professor de Ciência Política na Universidade de Perugia, uma das três universidades criadas por Mussolini para combater a falta de estudos políticos em Itália (mas que, na realidade, se destinavam à formação de quadros fascistas). Exaltou o fascismo em diversos escritos<sup>15</sup> e viu no *duce* a encarnação do modelo weberiano do líder carismático<sup>16</sup>. É indubitável

---

<sup>11</sup> Michels reconhece-o expressamente num escrito autobiográfico que publicou em 1932 [cf. «Una corrente del socialismo tedesco di orientamento sindacalista (1903-1907)», in Robert Michels, *Potere ed oligarchie...*, cit., pp. 401-426].

<sup>12</sup> Assim, David Beetham, «From socialism to fascism...», cit., p. 16.

<sup>13</sup> Cf. Maria da Conceição Pequito Teixeira, *Robert Michels...*, cit., pp. 83 e segs.

<sup>14</sup> «L'oligarchia organica costituzionale», in *Riforma sociale — rassegna di scienze sociali e politiche*, ano xiv, 1907 (também in *Potere ed oligarchie...*, cit., pp. 429-457); «Die oligarchischen Tendenz der Gesellschaft. Ein Beitrag zum Problem der Demokratie», in *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, vol. xxvii, 1908, pp. 73-135. Em 1910, Michels publicou outro estudo sobre o mesmo problema [«La democrazia e la legge ferrea dell'oligarchia», in *Rassegna contemporanea*, ano iii, fasc. v (também in *Potere ed oligarchie...*, cit., pp. 493-524)]. E em 1936, o ano da sua morte, publica os *Nuovi studi sulla classe politica. Saggio sugli spostamenti sociali ed intellettuali del dopoguerra* (Società Editrice Dante Alighieri, Roma, 1936).

<sup>15</sup> Assim, Robert Michels, *Sozialismus und Faschismus in Italien*, Meuer und Jensen, Munique, 1925, *Italien von heute. Politische und wirtschaftliche Kulturgeschichte von 1860 bis 1930*, Orel Fuessli, Zurique, 1930, *Umschichtungen in den herrschenden Klassen nach dem Kriege*, Kohlhammer, Estugarda, 1934, e *Nuovi studi...*, cit.; sobre a sua aproximação ao fascismo, cf. Maria da Conceição Pequito Teixeira, *Robert Michels...*, cit., pp. 151 e segs.

<sup>16</sup> Cf. Wolfgang J. Mommsen, «Max Weber and Roberto Michels...», cit., pp. 115 e segs., Juan J. Linz, «Michels...», cit., p. xxxiii, e David Beetham, «From socialism to fascism...», cit., p. 175.

que a sua teoria das elites contribuiu para legitimar o domínio de Mussolini<sup>17</sup>. No entanto, seria um erro supor que as teorias das elites de Mosca, Pareto ou Michels serviram de base intelectual ao fascismo. Como bem assinala David Beetham, «o máximo que se pode dizer é que o elitismo contribuiu para o clima de contestação da democracia que veio a beneficiar o fascismo»<sup>18</sup>. A situação é um pouco diferente quando o fascismo alcança o poder: a partir desse momento, as doutrinas elitistas foram utilizadas em numerosas ocasiões para justificarem a autoridade do *duce*, a ponto de se poder falar de uma simbiose entre elitismo e fascismo: o primeiro forneceu as categorias teóricas para a legitimação do fascismo e este, por seu turno, apresentou dados empíricos que comprovavam a doutrina das elites<sup>19</sup>. Mas isso não significa, como é óbvio, que Mussolini se tenha apoiado no elitismo para conquistar o poder. Muito menos se pode afirmar que o elitismo se identifica estruturalmente com o fascismo. O que existiu, isso sim, foi uma convergência momentânea de interesses, ditada por um circunstancialismo histórico muito particular<sup>20</sup>. Em abstracto, não existe qualquer ligação entre fascismo e elitismo<sup>21</sup>.

8. A «tentação totalitária» não é a principal crítica que se deve dirigir ao trabalho de Michels. Aliás, certos autores chegam mesmo a afirmar que a sua teoria da organização é perfeitamente compaginável com a democracia<sup>22</sup>. Os problemas da tese de Michels situam-se noutra plano e decorrem essencialmente

---

<sup>17</sup> Assim, David Beetham, «From socialism to fascism...», cit., p. 166.

<sup>18</sup> David Beetham, «From socialism to fascism...», cit., p. 166.

<sup>19</sup> Assim, David Beetham, «From socialism to fascism...», cit., p. 166.

<sup>20</sup> Pablo Lucas Verdú é dos autores que melhor descreve esta convivência histórica entre elitismo e fascismo: «[...] as teorias elitistas foram elaboradas num clima de pessimismo e desilusão perante as instituições democráticas. Neste sentido, os três autores [Mosca, Pareto e Michels] prestavam um serviço eficaz — ainda que involuntário — à crítica fascista da democracia. Foi a consequência da aplicação de um enfoque realista ao modelo crepuscular da democracia formalista» (Pablo Lucas Verdú, *Princípios de ciência política*, 1.º vol., reimp., Madrid, 1977, p. 96).

<sup>21</sup> Neste sentido, David Beetham, «Reply to Bennett», in *Political Studies. The Journal of the Political Studies Association of the United Kingdom*, vol. xxvi, n.º 4, Dezembro de 1978, p. 489. Neste escrito, Beetham responde a uma crítica de R. J. Bennett, que o acusava de defender a existência de uma correlação necessária entre elitismo e fascismo (cf. R. J. Bennett, «The elite theory as fascist ideology. A reply to Beetham's critique of Robert Michels», in *Political Studies. The Journal of the Political Studies Association of the United Kingdom*, vol. xxvi, n.º 4, Dezembro de 1978, pp. 474-483, em especial pp. 480 e segs.).

<sup>22</sup> Neste sentido, cf. John D. May, «Democracia, organização, Michels», in Maria Stella de Amorim (org.), *Sociologia Política II*, Rio de Janeiro, 1970, pp. 101-128; em sentido contrário, David Beetham, «From socialism to fascism...», cit., p. 19. De acordo com Beetham, Robert Michels nunca acreditou na possibilidade de concretização da democracia. A «lei de ferro» não constituía um *limite*, mas uma *antítese* da ideia de democracia. É certo que Michels aceitava a possibilidade de limitação de certas tendências oligárquicas, mas, como refere Beetham, «uma oligarquia moderada não é sinónimo de democracia» (*op. cit.*, p. 19; cf. a crítica de R. J. Bennett, «The elite theory...», cit., p. 480).

da fragilidade dos seus pressupostos epistemológicos e metodológicos. Enquanto Mosca e Pareto procuraram uma base pretensamente científica para as suas teorias, Michels nunca encontrou uma metodologia própria<sup>23</sup>. É certo que lançou mão da psicologia e da biologia sociais e que, num certo sentido, se preocupou com os pressupostos científicos da sua tese<sup>24</sup>. Também é certo que os métodos de Mosca e Pareto não são isentos de crítica: Mosca selecciona apenas os factos históricos que lhe interessam e Pareto, com os seus leões e raposas, mais não propõe do que uma metáfora zoológica artificiosa e simplista. Michels, por seu lado, nunca se esforçou em recolher dados originais ou consultar fontes primárias. Nas palavras de Juan Linz, «[...] baseou-se principalmente em fontes secundárias e em documentação jornalística que, na generalidade dos casos, não era examinada de modo sistemático nem era enquadrada por uma metodologia própria»<sup>25</sup>. Max Weber, aliás, já se apercebera deste defeito do seu protegido, da sua propensão para o relato jornalístico de factos da actualidade em detrimento de uma perspectiva distanciada e verdadeiramente científica<sup>26</sup>. Assim, a tese de Michels torna-se particularmente vulnerável e, na ausência de critérios de verdade e de objectividade, é sempre possível encontrar outros factos que contrariam as suas teorias, alinhando provas sobre a democraticidade interna dos partidos socialistas, a inexistência de oligarquias, etc.<sup>27</sup>.

A relutância de Michels em adoptar uma perspectiva científica constitui, pois, uma deficiência estrutural da sua obra. Pode dizer-se, sem receio de exagero, que a maior parte dos vícios de *Para Uma Sociologia dos Partidos Políticos* decorrem justamente daquela deficiência essencial. Com Hans Daalder, poderemos sintetizar esse vícios em três tópicos: (a) a confusão entre influência desigual e oligarquia; (b) a «falácia determinista», que estabelece uma ligação directa entre as origens sociais dos políticos e o seu comportamento; (c) a «ilusão da indispensabilidade», isto é, a ideia de que

---

<sup>23</sup> Um dos primeiros a aperceber-se deste facto foi Antonio Gramsci; depois de afirmar que o livro de Michels «dá exemplos infantis» e é «superficial» e «puramente descritivo», escreve Gramsci: «[Michels] não possui nenhuma metodologia intrínseca, nenhum ponto de vista crítico que não seja um amável cepticismo de salão ou de café reaccionário» (Antonio Gramsci, «Roberto Michels e i partiti politici», in *Note sul Machiavelli, sulla politica, sullo stato moderno*, reimp., Roma, 1979, p. 124).

<sup>24</sup> Neste sentido, David Beetham, «From socialism to fascism...», cit., *passim*.

<sup>25</sup> Juan J. Linz, «Michels...», cit., p. xxxvii; sobre este ponto, cf. ainda Eugenio Ripepe, *Gli elitisti italiani*, cit., vol. I, pp. 472 e segs.

<sup>26</sup> Assim, Wolfgang J. Mommsen, «Roberto Michels and Max Weber...», cit., p. 89.

<sup>27</sup> De certo modo, é este o núcleo fundamental da argumentação de Alexander Schiffrin [«Aparato de partido y democracia interna. Una crítica socialista de Michels», in Kurt Lenk e Franz Neumann (eds.), *Teoría y Sociología Críticas de los Partidos Políticos*, Barcelona, 1980, pp. 258-281].

os líderes, pelo simples facto de desempenharem funções socialmente indispensáveis, possuem o monopólio do poder<sup>28</sup>. Quanto à primeira destas críticas, dir-se-á que existem, na realidade, diversos graus de influência (dentro e fora do partido) e que o erro de Michels foi ter identificado esta desigualdade de influência com uma tendência oligárquica. Com efeito, o facto de certos sujeitos disporem de um elevado grau de influência pode convertê-los em líderes de uma comunidade ou de um grupo, pode conferir-lhes uma posição de destaque e de supremacia, mas não os transforma *imediate* e *automaticamente* em oligarcas. Para que isso se verifique são necessárias diversas condições e requisitos e, assim, há que analisar a influência dos líderes em concreto, as «contra-influências» que eventualmente existam, as diferenças entre sistemas de partido único e sistemas pluripartidários, as diferenças entre partidos no governo e na oposição, entre governos de um só partido e de coligação, etc. Há que averiguar, por outro lado, se os partidos servem apenas para o recrutamento e selecção de elites ou se, pelo contrário, acabam por favorecer o acesso das massas aos diversos círculos políticos<sup>29</sup>. Há que indagar, por último, se um incremento da democraticidade interna dos partidos não limita (ou corrige) a tendência oligárquica. Estas questões — que Michels praticamente não abordou — podem suscitar respostas bem diversas da «lei de ferro das oligarquias». Depois, Michels cede a uma «falácia determinista», sobrevalorizando a influência das origens sociais no comportamento dos líderes políticos. Michels não consegue esconder um relativo desprezo pelos *self-made leaders*, a quem atribui os piores defeitos de carácter: a vaidade imensa, a ambição sem limites, a completa falta de escrúpulos. Todavia, numerosos estudos contrariam as suas conclusões: em primeiro lugar, demonstram que a percentagem de líderes *partidários* de origem proletária é bem mais reduzida do que Michels supunha — uma parcela significativa dos chefes de partido continua a ser recrutada entre as classes altas e médias<sup>30</sup>; em segundo lugar, revelam que os comportamentos e modos de actuação dos líderes não variam sensivelmente de acordo com as suas origens sociais. Por último, Robert Michels cede à «ilusão da indispensabilidade», confundindo as funções dos líderes com o seu poder. É um facto que toda a organização reclama liderança e que a liderança é tanto mais necessária quanto maior for a dimensão ou a complexidade da organização.

---

<sup>28</sup> Cf. Hans Daalder, «Parties, elites, and political developments in Western Europe», in Joseph La Palombara e Myron Weiner, *Political Parties and Political Development*, reimp., Princeton, Nova Jérsea, 1972, pp. 70 e segs. Para uma crítica global à obra de Michels, cf. igualmente Neil J. Smelser, «La teoría de la estructura organizativa de Robert Michels», in Neil J. Smelser e R. Stephen Warner, *Teoría Sociológica. Análisis Histórico y Formal*, Madrid, 1982, em especial pp. 301-309.

<sup>29</sup> Assim, Hans Daalder, «Parties, elites...», cit., p. 71.

<sup>30</sup> *Ibid.*

De igual modo, é indiscutível que os partidos políticos vêm crescendo em dimensão e complexidade. Porém, daqui não resulta que todas as organizações se submetam à «lei férrea das oligarquias» ou que todos os partidos sejam controlados por uma *clique* fechada que detém o monopólio do poder. Necessidade de liderança não se confunde com tendência oligárquica. No seio de um partido podem existir diversos líderes (ou candidatos a líderes) e, ao mesmo tempo, podem desenvolver-se «contrapoderes» de grande influência («dirigentes históricos», intelectuais prestigiados, estruturas locais, organizações de juventude, sindicatos afectos ao partido, etc.). Michels, que deu tanta importância ao aparelho partidário, nunca se apercebeu de que a burocracia do partido pode constituir um entrave às pretensões oligárquicas dos chefes. E quando se referiu às lutas intestinas dos líderes partidários entrou em contradição: por um lado, disse que as massas estão afastadas dos conflitos intrapartidários; por outro, afirmou que as velhas elites nunca são inteiramente destruídas, pois é nelas que as massas mais confiam<sup>31</sup>.

Ao centralizar o seu estudo na vida interna das organizações partidárias, Michels foi incapaz de compreender que os partidos não são «ilhas oligárquicas», completamente imunes às influências ou pressões do exterior. Ora, é justamente nesta «abertura ao exterior» que reside a especificidade da democracia, quando comparada com os outros regimes políticos. Num sistema democrático, os partidos não podem ficar indiferentes ao influxo da sociedade civil (Michels diria «das massas»), sob pena de serem completamente erradicados do espectro político-partidário. As eleições podem não passar de uma manifestação efémera da vontade geral, mas, nesse momento único, o povo pode marcar para sempre os destinos de um partido. Daí o profundo significado da instituição do sufrágio universal, algo que Michels não soube (ou não quis) compreender. À semelhança dos seus dois antecessores, deixou-se ofuscar pela «fórmula mágica» que descobrira e para atribuir um sentido universal e intemporal à sua «lei de ferro» foi obrigado a negar o valor original da democracia. Porém, os pressupostos em que se baseia são altamente discutíveis. Em primeiro lugar, é muito duvidoso que as massas sejam tão ignorantes ou amorfas como Robert Michels pretende; se as multidões são assim tão manipuláveis, como é possível afirmar-se que «a elite já não pode conservar o seu poder sem o consentimento expresso ou tácito das massas, de que depende de muitas formas»<sup>32</sup>? Em segundo lugar, existe uma

---

<sup>31</sup> Neste sentido, Smelser observa que o problema dos conflitos entre líderes é um dos «pontos fracos» da construção de Michels (Neil J. Smelser, «La teoría de la estructura organizativa de Robert Michels», cit., pp. 301-309).

<sup>32</sup> Cf. Robert Michels, *Introducción a la Sociología Política*, Buenos Aires, 1969, p. 141, cit. por António Marques Bessa, *Quem Governa? Uma Análise Histórico-Política do Tema da Elite*, Lisboa, 1993, p. 243. Nem se afirme, em contrário, que aquela frase representa uma evolução do pensamento de Michels em relação ao que escrevera em *Sociologia dos Partidos*

relativa confusão entre política revolucionária e política democrática. Como observa David Beetham, Michels transita de uma ideia de impraticabilidade de mudanças revolucionárias para uma ideia de impraticabilidade de democracia, mas não explica claramente como se processa essa transição<sup>33</sup>. E, quando se viu confrontado com a revolução russa (um acontecimento que desafiava a coerência da sua teoria), foi ao ponto de afirmar que os propósitos dos bolcheviques eram revolucionários, mas não democráticos. Em terceiro lugar, a identidade entre a política «interna» e «externa» do partido, que Michels dá por demonstrada, pode nem sequer existir. O facto de um partido ser dominado por uma oligarquia não significa *necessariamente* que deva prosseguir uma política oligárquica. Aliás, se todos os partidos prosseguem uma política oligárquica, como foi possível formar um partido que, pelo menos ao início, se norteava por ideais antioligárquicos? Existem três respostas possíveis: pode afirmar-se que, desde o princípio, a política dos partidos socialistas não coincidia com os seus ideais; pode afirmar-se que o partido prosseguiu uma política antioligárquica nos primeiros tempos, mas acabou por progressivamente se orientar para uma política oligárquica; pode afirmar-se, por último, que existem vários «graus» de políticas ou de partidos oligárquicos. Michels parece rejeitar a primeira resposta. Com efeito, tudo leva a crer que o partido socialista procurou realizar uma política antioligárquica, coincidente com os ideais generosos dos seus fundadores, mas foi forçado a abandoná-la em face da «necessidade técnica» de organização e liderança. Esta ideia é a que melhor corresponde à sua tese da «lei de ferro das oligarquias»; de acordo com ela, a oligarquia não *nasce* com os partidos — é uma *tendência* que se constrói lentamente, um fenómeno de degeneração progressiva que acompanha o crescimento das organizações partidárias<sup>34</sup>. Neste sentido, escreve Robert Michels: «Com o crescimento da organização torna-se impossível o combate pelos grandes princípios» (p. 394). E que a tendência oligárquica não é algo que nasce com os partidos comprovam-no diversas afirmações de Michels, como esta: «Ter-se-á tornado evidente o facto de a política interna das organizações partidárias ser hoje nalguns casos cada vez mais conservadora, estando noutros em vias de passar a sê-lo» (p. 394).

Tudo leva a crer, portanto, que Robert Michels considerava que os partidos socialistas se afastaram paulatinamente da sua orientação política origi-

---

*Políticos*. O *Corso di sociologia politica* reproduz as lições que Michels proferiu em 1928 na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Roma. Pertence, portanto, ao período de maior desconfiança em relação à democracia e de maior fascínio pelo carisma do *duce* (aliás, uma parte substancial do *Corso* é dedicada justamente à liderança carismática).

<sup>33</sup> Cf. David Beetham, «From socialism to fascism...», cit., p. 17. Num sentido próximo, Ettore Albertoni afirma que Robert Michels identificava a crise da democracia com a crise do socialismo («Introduzione», cit., p. 38).

<sup>34</sup> Cf. David Beetham, «Michels and his critics», cit., pp. 91-92.

nal e, ao mesmo tempo, que existiam diversos «graus» — ou «fases» — de submissão à «lei férrea das oligarquias» (as duas ideias não são incompatíveis). No movimento anarquista, por exemplo, a tendência oligárquica parecia ser menos vincada do que nos partidos socialistas ou conservadores. Existem, por conseguinte, modalidades «fracas» e «fortes» de oligarquia, consoante as dimensões e a complexidade da organização. Ora, se se admite a existência de uma «escala de oligarquias», a célebre «lei férrea» deixa de ser inexorável ou irreversível. Mais precisamente, é possível inverter a tendência oligárquica das organizações, aliviando-as da sobrecarga de complexidade que as oprime, reduzindo o seu tamanho, descentralizando e desconcentrando, etc. Neste sentido, Alexander Schifrin observa: «O argumento central de Michels é o seguinte: quanto mais organização, menos democracia. Se isto estiver certo, também o estará a afirmação inversa: quanto menos organização, mais democracia<sup>35</sup>.» Por outro lado, é possível combater a oligarquia através de um reforço da democraticidade interna dos partidos. Como Hans Kelsen ou Gerhard Leibholz já fizeram notar, valores como a liberdade de expressão, a transparência ou a autonomia das estruturas locais podem encaminhar o partido num sentido completamente diverso daquele para que aponta a «lei de ferro das oligarquias»<sup>36</sup>; ou, como refere Robert Brym, parafraseando Michels, «quem diz organização a partir de baixo diz democracia»<sup>37</sup>. Apesar de a situação actual do chamado «Estado de partidos» não ser muito animadora, é indubitável que, ao contrário do que supunha Michels, certos efeitos perversos da organização podem ser limitados ou mesmo corrigidos.

Michels não se limitou a centralizar as suas atenções na vida interna dos partidos. Elegeu como objecto principal da sua tese um único modelo de partido — o partido socialista — e procedeu mesmo a um «estudo de caso» sobre um partido em concreto — o SPD alemão. Talvez por isso, teve dificuldades em compreender as profundas diferenças entre um sistema monopartidário e um sistema pluripartidário: enquanto no primeiro há uma tendência oligárquica mais forte, que se projecta ao nível do próprio Estado, num sistema multipartidário essa tendência é (ou pode ser) mitigada pela competição entre os vários partidos<sup>38</sup>. Noutra perspectiva, pode perguntar-se: se as massas ignaras são facilmente manipuladas por demagogos carismáticos, que sucede quando existem *vários* demagogos carismáticos? Michels, que se

---

<sup>35</sup> Alexander Schifrin, «Aparato de partido y democracia interna...», cit., p. 263.

<sup>36</sup> Assim, Alexander Schifrin, «Aparato de partido y democracia interna...», cit., pp. 275 e segs.; no mesmo sentido, Otto Stammer, «La democratización de la organización», in Kurt Lenk e Franz Neumann (eds.), *Teoría y Sociología...*, cit., em especial pp. 284 e segs.

<sup>37</sup> Robert J. Brym, *Intellectuals and Politics*, Londres, 1980, p. 53.

<sup>38</sup> Assim, Alberto Izzo (org.), *Storia del pensiero sociologico*, vol. II, *I classici*, Bolonha, 1975, p. 286.

apercebeu claramente da existência de lutas no interior dos partidos, não deu a importância devida aos conflitos entre os diversos partidos. Ao mesmo tempo, resvalou num erro muito frequente nas teorias elitistas, reduzindo todos os conflitos a uma luta entre elites e contra-elites<sup>39</sup>. Como se a acção e o protesto das massas fossem completamente irrelevantes ou como se as massas nada tivessem a ganhar ou a perder com aqueles conflitos. Sucede, porém, que muitos conflitos entre as elites se iniciam a partir das massas, por muito «ignorantes» ou «manipuláveis» que estas sejam. A intervenção das massas (não das elites) é um factor decisivo da amplitude e desenvolvimento da maior parte dos conflitos. Mirabeau, Robespierre ou Marat podem ter sido muito importantes, mas o que seria da revolução francesa sem a participação dos *sans-culottes*? Há que contar, por outro lado, com diversos mecanismos de responsabilização dos líderes perante as massas, sobretudo quando nos situamos no contexto dos regimes democráticos contemporâneos<sup>40</sup>. Ao aludir aos efeitos da democracia, Michels reconhece a importância crescente das massas<sup>41</sup>, mas não se apercebe de que essa importância demonstra, afinal, que os conflitos políticos não se resumem a uma luta entre as elites. E comprova também que as massas foram beneficiadas com a instituição do sufrágio universal e com o aparecimento de partidos socialistas. Ao contrário do que Michels sustenta, não há uma coincidência necessária entre as políticas «interna» e «externa» dos partidos socialistas: de um ponto de vista interno, podem ser tão «oligárquicos» como os outros partidos, mas é indubitável que para o exterior a sua acção produz, directa ou indirectamente, efeitos democráticos. Foi este o grande contributo e a grande novidade da democracia e do socialismo, que Michels não soube captar, pois sempre privilegiou os aspectos internos da organização. Daí a crítica incisiva de Giovanni Sartori:

Michels procura a democracia dentro da organização. Mas como encontrá-la? Organizar é ordenar um vasto organismo segundo estruturas rígidas e níveis hierárquicos definidos. Não se organiza para criar um organismo democrático, organiza-se para criar um organismo ordenado e eficiente [...] Assim, o discurso abre-se onde Michels o encerra. Em vez de olharmos para o interior de uma organização, devemos observar as *relações* entre as organizações concorrentes<sup>42</sup>.

---

<sup>39</sup> Neste sentido, cf. David Beetham, «Michels and his critics», cit., pp. 97 e segs.

<sup>40</sup> Cf. Juan J. Linz, «Michels...», cit., p. LXXXI.

<sup>41</sup> «[...] aumenta a consideração pelas massas, ainda que estas sejam conduzidas pela demagogia» (p. 393).

<sup>42</sup> Giovanni Sartori, *Democrazia e definizioni*, 4.<sup>a</sup> ed., Bolonha, 1976, p. 104; no mesmo sentido, *The Theory of Democracy Revisited*, Chatam, Nova Jérsea, 1987, p. 151.

Apesar do conselho de Sartori, muitos autores continuaram a preferir a «anatomia da organização» à «fisiologia da concorrência», explorando os temas centrais da obra de Robert Michels: a burocracia e a organização<sup>43</sup>, os partidos<sup>44</sup> e os sindicatos<sup>45</sup>, ou a lógica da acção colectiva<sup>46</sup>. Trilhando

---

<sup>43</sup> Cf., por exemplo, Amitai Etzioni, *A Comparative Analysis of Complex Organizations. On Power, Involvement, and their Correlates*, Nova Iorque, 1971, em especial cap. v, pp. 89-126. É curioso notar, a propósito, que a «lei de Michels» não foi encontrada apenas nas grandes organizações. Investigações empíricas realizadas em comunidades locais chegaram aos mesmos resultados. Charles Green, por exemplo, debruçou-se sobre o Metropolitan Research and Strategy Center (MRSC) do Bronx, em Nova Iorque, e registou o desenvolvimento de uma tendência oligárquica no interior desse organismo. O seu diagnóstico coincide inteiramente com a tese de Michels. Contudo, Charles Green critica aquela tendência oligárquica, responsabilizando-a pelo declínio progressivo do MRSC; por outro lado, pretende construir um modelo capaz de combater a «lei de Michels» à microescala das organizações locais (cf. Charles Green, *Elitism vs. Democracy in Community Organizations. The Agonies of a South Bronx Group*, Bristol, 1985, em especial pp. 37-39).

<sup>44</sup> Da vasta literatura sobre os partidos que recolhe o contributo de Michels, cf., entre tantos outros, Maurice Duverger, *Les partis politiques*, Paris, 1951, Robert T. McKenzie, *British Political Parties*, Londres, 1955, Sigmund Neumann, *Modern Political Parties*, Chicago, 1956, Harry Eckstein e David E. Apter, *Comparative Politics: a Reader*, Nova Iorque, 1963, e Samuel J. Eldersveld, *Political Parties: a Behavioral Analysis*, Chicago, 1964. Recentemente, Byron Shafer analisou o sistema partidário norte-americano sob a perspectiva da «lei de ferro das oligarquias» (cf. Byron E. Shafer, «Roberto Michels, Vilfredo Pareto, and Henry Jones Ford: classical insights and the structure of contemporary American politics», in *International Political Science Review. Revue internationale de science politique*, vol. 12, n.º 3, Julho de 1991, em especial pp. 190-194). Num estudo que dedicou aos partidos políticos franceses, Schonfeld parte das premissas de Michels, mas chega a um resultado algo diverso. Mais precisamente, rejeita a distinção entre partidos oligárquicos e partidos democráticos, propondo uma dicotomia partidos oligárquicos (com renovação de dirigentes) vs. partidos monocráticos (sem renovação) (cf. William R. Schonfeld, «La stabilité des dirigeants des partis politiques: la théorie de l'oligarchie de Robert Michels», in *Revue française de science politique*, vol. xxx, n.º 4, Agosto de 1980, pp. 846-866).

<sup>45</sup> Como refere Juan Linz («Michels...», cit., p. cv), muitos autores estudaram o movimento sindical adoptando uma perspectiva semelhante à de Michels [cf. Seymour Martin Lipset, M. Trow e J. Coleman, *Union Democracy. The Inside Politics of the International Typographical Union*, Illinois, 1956, Seymour Martin Lipset, «The law and trade union democracy», in *Virginia Law Review*, XLVII, n.º 1, 1961, pp. 1-50, e «The biography of a research project: union democracy», in Phillip E. Hammond (ed.), *Sociologists At Work*, Nova Iorque, 1964, pp. 96-120, e J. Goldstein, *The Government of British Trade Unions. A Study of Apathy and Democratic Processes in the Transport and General Workers Union*, Londres, 1952]. Linz observa ainda que a influência de Michels se projectou sobre estudos dedicados às cooperativas e organizações religiosas (cf. G. N. Ostergaard e A. H. Halsey, *Power in Cooperatives. A Study of Internal Politics of British Retail Societies*, Oxford, 1965, e Paul H. Harrison, *Authority and Power in the Free Church Tradition: a Social Case Study of the American Baptist Convention*, Princeton, Nova Jérsea, 1959).

<sup>46</sup> Cf. Mancur Olson, *The Logic of Collective Action. Public Goods and the Theory of Groups*, 7.ª imp., Cambridge, Mass., 1972, Franco Mattei, «Olson e la 'legge ferrea' della partecipazione», in *Rivista italiana di scienza politica*, ano XVI, n.º 1, Abril de 1986, pp. 81-116, e Luca Lanzalaco, «Potere, organizzazioni e logica 'politica' dell'azione collettiva», in *Rivista italiana di scienza politica*, ano XVI, n.º 2, Agosto de 1986, pp. 239-272.

caminhos diversos, chegaram praticamente ao mesmo resultado de Michels: não é possível encontrar a democracia no interior da organização. Porém, isto não equivale necessariamente a uma condenação do regime democrático. Michels pode ter desconfiado das possibilidades de concretização da democracia, mas nunca propôs uma ideologia antidemocrática. O qualificativo que melhor o define é, sem dúvida, o de Gaetano Mosca, que apelidou Robert Michels de «a-democrático»<sup>47</sup>. Um epíteto que, aliás, se pode aplicar ao próprio Mosca e a Pareto. Na verdade — e como observa Giovanni Sartori —, os elitistas «clássicos» não eram a favor ou contra o regime democrático, pelo simples motivo de que nunca se preocuparam excessivamente com o problema da democracia<sup>48</sup>. Sempre preferiram o realismo político à controvérsia ideológica; o seu objectivo não era encontrar uma «sociedade melhor» ou fundar uma utopia, mas proceder a uma descrição tão exacta quanto possível do presente (e do passado). Por isso, nunca se preocuparam em conciliar as elites e a democracia, um esforço que só viria a ser realizado por Joseph Alois Schumpeter.

---

<sup>47</sup> Neste sentido, cf. Juan Linz, «Michels...», cit., p. IX.

<sup>48</sup> Cf. Giovanni Sartori, *Democracia...*, cit., p. 38. Como escreve Sartori a propósito dos «neomaquiavelistas» (Mosca, Pareto, Michels): «[...] eram antidemocráticos porque realistas? Numerosas críticas fazem crer que sim. Por mim, julgo que as partes antidemocráticas das suas teorias correspondem aos aspectos menos realistas das suas obras ou, mais precisamente, às passagens em que deixam transparecer os seus valores e crenças pessoais. Por outro lado — e considerando que eram verdadeiros realistas —, nunca se pronunciaram a favor ou contra o que quer que seja; com maior ou menor felicidade, preocuparam-se apenas em formular certas previsões a partir de uma análise dos factos» (Giovanni Sartori, *Théorie de la démocratie*, Paris, 1973, p. 36).